

## **II Prêmio AJUFE – Boas Práticas de Gestão**

### **Ficha de inscrição**

#### **Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:**

**Nome(s):** Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas e Nismeire Aparecida Candido de Medeiros

**Cargo/curso universitário:** **Dra. Gilda:** Desembargadora Federal e Nismeire: Chefe de Assessoria

**Órgão:** Tribunal Regional Federal 1ª Região

**Cidade/UF:** Brasília/DF

#### **Síntese da prática**

**Título:** Mudança de Paradigmas de Gestão na 1ª Turma (CTUR1)

**Categoria:** I (Boas Práticas de Magistrados)

#### **Síntese:**

O projeto surgiu da necessidade de mudar os paradigmas de gestão na Coordenadoria da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, alinhando-a aos parâmetros estabelecidos no séc. XXI, com foco na gestão estratégica, na gestão do conhecimento e da inovação.

Os três gabinetes que integram a 1ª Turma tinham ao todo 90.000 processos (tramitação ajustada) na data da posse, 16/12/2014. Na mesma data, a magistrada assumiu a Presidência da Processante, e, muito se inquietou com o ambiente de trabalho dos servidores, o exacerbado acervo e o precário atendimento ao jurisdicionado.

O Conselho da Justiça Federal realizou inspeção em Junho/2015 e constatou a deficiência estrutural e a situação crônica em que se encontrava a CTUR1: um acúmulo de 28.100 processos e 18.900 petições para juntar aproximadamente (saldo remanescente de gestões anteriores) naquela unidade.

Nos três Gabinetes foram julgados, de 16/12/2014 até 30/06/2016, em torno de 80.000 processos e o reflexo desse trabalho repercutiu no aumento substancial do acervo e da taxa de congestionamento.

Em agosto/2016, restando apenas 06 meses de mandato, precisávamos mudar aquela situação calamitosa e atender às diversas demandas. Porém, o mais importante era cuidar do servidor e do jurisdicionado que se encontravam esquecidos lá, e, repassar resultados efetivos ao próximo gestor.

Havia necessidade de rever os modelos mentais do grupo,

analisar e ampliar a visão de contexto do Tribunal (visão sistêmica e compartilhada), o papel dos gabinetes, das turmas, da área de TI e demais áreas administrativas; alinhar a gestão aos parâmetros de administração contemporânea e aceitar enfrentar juntos esse grande desafio.

Sair da “Zona de Conforto” (Esse foi o grande diferencial: Inovação aberta), utilizar a “expertise” anterior em gestão e aplicar a liderança integrativa e servidora, indo ao encontro das legítimas necessidades (e não dos desejos) do colega ao lado, inspirando e influenciando todos para a ação e aprendizagem organizacional, coletiva; estendendo o seu alcance aos gabinetes vinculados à turma, e, quiçá aos demais gabinetes e turmas do tribunal.

A extensão territorial abrangida pelo TRF1 representa 80% da população brasileira, portanto, o alcance social é evidente e transcende as limitações legais e orçamentárias atuais. Por isso, optou-se pelos recursos (materiais e humanos) existentes; pelo incremento da qualidade, da criatividade e da praticidade; pelos sistemáticos aperfeiçoamentos de ferramentas de gestão estratégica e de pessoal e pelos controles periódicos de dados; ao invés de alternativas que aumentassem os custos ou exigissem a criação de novos cargos.

Houve publicação e concomitante registro da prática no *site* da Instituição; troca de experiência entre os colaboradores da 1ª com as demais turmas e entre os gabinetes envolvidos.

A melhoria das rotinas e dos processos internos e externos foi percebida pelos advogados e partes (conforme pesquisa de satisfação) e refletiu direta e indiretamente nos resultados e metas do Tribunal.

A transparência, o diálogo, o espírito de colaboração e solidariedade, a união da equipe e a disposição são determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento. Disseminar conhecimento, inovar, trocar experiências produz resultados sólidos e sustentáveis. Importante que os colegas, gestores, líderes e todo o capital humano do Poder Judiciário abracem as ideias inovadoras e repliquem as boas práticas.

Iniciamos um projeto de mudança de paradigmas de gestão e alcançaremos a evolução, que é igual à mudança mais transformação. Devemos sair do nível de consciência de liderança sobrevivente e alcançar a liderança servidora e integrativa, preocupada com a missão de realizar justiça, com responsabilidade social, um dever constitucional.

As próximas e futuras gestões poderão dar continuidade e ampliar a boa prática. Nós todos somos atores da Evolução do Poder Judiciário!